

O Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão apresenta, nessa edição da Revista de Políticas Públicas (RPP) v.15, n.1, jan/jun. 2011, a discussão sobre as questões agrária, do meio-ambiente e seus desafios e perspectivas para as políticas públicas.

Os trabalhos produzidos, de inteira responsabilidade de seus autores e autoras, refletem sobre o colapso dos recursos naturais não renováveis e sobre a distribuição desigual da riqueza produzida, particularmente dos bens ambientais. São problemas que se agudizam com o surgimento de novos processos tecnológicos excludentes e com a atual crise do capital, dando nova conformação às demandas sócio-ambientais e às respostas dos estados nacionais. Os textos convidam, portanto, ao debate sobre os rebatimentos desse conjunto de questões para a reconfiguração do futuro da humanidade e da vida no planeta.

A presente edição da RPP é composta de 15 (quinze) textos, sendo que 11 (onze) artigos, ao lado de uma resenha e de uma entrevista, compõem o Dossiê Temático - Políticas Públicas: Questão Agrária e Meio-Ambiente - e se referem à realidade, francesa, angolana e brasileira. Os quatro artigos seguintes tratam de temas mais gerais referidos às políticas públicas no contexto brasileiro.

Clémentine Antier e Paulo Eduardo Moruzzi Marques iniciam o Dossiê Temático com o artigo intitulado "Concepções e modelos agrários em concorrência na gestão fundiária da França". Referenciam-se nas denominadas Sociedades de Ordenamento Fundiário e Assentamento Rural (Sociétés d'aménagement foncier et d'établissement rural, SAFERs) para refletirem sobre o processo de modernização da agricultura francesa, considerando que a efervescência do debate gerado sobre a

gestão dos recursos fundiários na França, pode ser rica em ensinamentos para a reflexão sobre o caso brasileiro.

No artigo "Enfrentamentos e contradições nas comunidades de extração de recursos naturais em Cabinda – Angola", Juliana Lando Canga e Alfredo Gabriel Buza, baseados em narrativas de experiências vividas por diferentes interlocutores, aplicação de questionários, entrevistas, registro fotográfico e observação direta e indireta analisam os enfrentamentos e contradições existentes nas comunidades de Buco Zau e de Fútila, diante da ação das empresas extratoras de recursos naturais, especificamente, madeira e petróleo. Refletem que tal processo, iniciado com a desestruturação das sociedades ancestrais, é marcado por situações muitas vezes desumanas, expressas nas tensões constantes entre as comunidades e as empresas e companhias exploradoras em Cabinda. Apontam a aprovação de uma Nova Constituição, em 2010, com a criação de outro sistema tributário, como uma oportunidade de valorização dessas comunidades e seus saberes.

No terceiro artigo do Dossiê Temático, denominado "A atuação do poder judiciário na implementação das políticas públicas ambientais", Zenildo Bodnar e Paulo Márcio Cruz, referenciam-se na premissa de que o poder judiciário é um dos sujeitos sociais mais relevantes na configuração da proteção ao meio ambiente. Demarcam os limites impostos pela degradação dos recursos naturais não renováveis, pela má distribuição da riqueza produzida e pela conseqüente consolidação de uma ética individualista e desinteressada pelas futuras gerações. Diante disso, defendem a legitimidade da intervenção jurisdicional na implementação dos deveres fundamentais ecológicos atribuídos constitucionalmente às Administrações Públicas

“Organismos geneticamente modificados e reparação de danos ao meio ambiente: breves considerações sobre a legislação aplicável” é o quarto artigo do Dossiê Temático. Seus autores, Ana Paula Myszcuk, Clarissa Bueno Wandscheer e Roseli Rocha dos Santos, estabelecem relação entre dano ambiental e dano patrimonial ao refletirem sobre as condições gerais para a responsabilização civil e o encargo do Estado. Particularizam essa relação, em caso de agravos ao meio ambiente causados por OGM liberados ou com licenciamento concedido pelos órgãos ambientais. Concluem, destacando a ausência de parâmetros claros na legislação brasileira sobre o tema da reparação de danos ao meio ambiente.

Michelle Freitas Teixeira e Adelaide Ferreira Coutinho são as autoras do artigo denominado “Democracia e controle da participação popular: concepções e influências para a educação do campo e para a ação dos movimentos sociais camponeses”. Nele, discutem as concepções de democracia e participação com o propósito de entenderem a sua influência na regulação da ação dos movimentos sociais camponeses, organizados em torno da luta por um projeto popular de educação do campo.

O artigo “A indústria de agrotóxicos no Brasil: o debate em torno da lei sobre informações não divulgadas”, de autoria de Camila Hermida e Victor Pelaez reflete sobre a etapa inicial do processo de regulamentação da Lei sobre a proteção de informações não divulgadas, submetidas aos órgãos reguladores da indústria de agrotóxicos, para aprovar a comercialização de um produto. A implementação da Lei é explicada como um ensaio no sentido da consolidação de um aparato institucional feito através da mobilização de uma rede de sujeitos sociais capazes de garantir a governabilidade dos órgãos reguladores envolvidos. Os autores concluem que o acompanhamento deste processo desvenda uma estratégia de tradução de interesses, por meio do qual ocorre uma apropriação privada da esfera pública.

Diego Santos Vieira de Jesus é o autor do trabalho “Sol, terra e tecnologia: a promessa da ‘Revolução Dourada’ dos biocombustíveis no governo Lula”. Ao refletir sobre a decisão do Brasil em estimular a produção, a pesquisa e o desenvolvimento de biocombustíveis durante a administração Luís Inácio Lula da Silva, levanta a hipótese de que o investimento em formas renováveis de energia limpa permitiria ao Brasil consolidar sua responsabilidade ambiental e ganhar oportunidades de voz em instituições multilaterais, particularmente, num momento em que há ameaça de elevação dos preços e de redução da oferta de combustíveis fósseis.

“Políticas públicas e desenvolvimento sustentável: a realidade dos assentamentos de reforma agrária no Ceará” é o texto de Patrícia

Verônica Pinheiro Sales Lima, Ahmad Saeed Khan, Francisco Casimiro Filho e Juliana Jales Viana. Resulta de um estudo desenvolvido sobre a relevância das políticas públicas para a sustentabilidade dos assentamentos rurais no estado do Ceará. O estudo aponta para a necessidade de elaboração de políticas públicas para favorecer a sustentabilidade dos assentamentos, sem, entretanto, estimular uma dependência completa do Estado.

De autoria de Benilson Borinelli, Juarez Paulo Tridapalli, Maria de Fátima Sales de Souza Campos e Cristiane de Castro, o artigo “Gastos públicos em meio ambiente no estado do Paraná”, com base em estudo do tipo exploratório-descritivo e longitudinal, apresenta o resultado de análise exploratória preliminar sobre os gastos públicos em meio ambiente no Estado do Paraná, no período 2002/2009. Demonstra que, ao lado da concentração dos gastos no controle ambiental, o corte de gastos na função gestão ambiental, na última década, foi além do corte do orçamento total. Por outro lado, em comparação com os outros estados da Região Sul, o estado do Paraná lidera os investimentos em meio ambiente, chegando, a alocar, em média, mais do que o total dos gastos dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Silvane Magali Vale Nascimento é a autora do texto “Trabalhadoras rurais, políticas públicas e serviço social em tempos neoliberais: demandas e desafios à prática profissional”. Reflete sobre a exploração-dominância das mulheres como fenômeno anterior ao capitalismo e sua incorporação à dinâmica de acumulação do capital, no contexto do redimensionamento da questão agrária. Entende que como expressão da questão social, essa temática se configura como uma demanda à prática do assistente social colocando desafios à profissão, entre os quais a capacidade de não insular as trabalhadoras rurais na sua especificidade, nem diluí-las em análises macro-estruturais.

O último artigo referido ao Dossiê Temático é de autoria de Nailsa Maria Souza Araújo, Ana Régia Santos Oliveira, Elaine Souza da Silva e Jailson Ramos Messias. Denomina-se “Questão ambiental e política de meio ambiente: desafios ao Serviço Social brasileiro”. Faz uma abordagem sobre a crise capitalista contemporânea, associando-a e confrontando-a com a crise ambiental. Destaca que no âmbito da gestão pública do meio ambiente no Brasil aparecem possibilidades desafiadoras para a atuação do Serviço Social. Conclui apontando a relação entre as capacidades/habilidades dessa especialização do trabalho e a educação ambiental no processo de gestão pública do meio ambiente.

Integrando o Dossiê Temático deste número da Revista de Políticas Públicas é apresentada uma elucidativa e instigante entrevista de Elenise Faria Scherer com Henrique Santos Pereira sobre o tema “Amazônia e as políticas públicas de meio

ambiente: mudanças climáticas, desmatamento e a luta pela sua conservação”. Ao longo da entrevista questões candentes e desafios complexos da Amazônia contemporânea vão se explicitando num arco de tempo que começa na década de 1990. Nesse espaço temporal, a questão ambiental e a defesa da Amazônia ganham ainda mais evidência e importância, tanto no cenário nacional como internacional e alcançam a conjuntura atual na qual dificilmente pode-se falar em Mudanças Climáticas Globais sem associá-las com a Floresta Amazônia. A singularidade da entrevista, fortemente definida pela condição do entrevistado - um cientista engajado das questões ambientais e agrárias na Amazônia, também pode ser destacada pela riqueza das informações e análises que se vão desenhando sobre ações do Estado brasileiro no campo das políticas públicas, particularmente sobre o IBAMA e o movimento social, na sua especificidade materializada na Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Em seguida ainda no contexto do Dossiê Temático, é apresentada uma resenha feita por Maria José da Silva Aquino e José Arnaldo dos Santos Ribeiro Júnior do livro “Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009”, organizado por H. A. Sant’ana Júnior, M. J. F. Pereira, E. J. P. Alves e C. R. A. Pereira.

O segundo grupo de textos referido a diferentes campos das políticas públicas inicia com o artigo de Mariana Pereira Chaves Pimentel, Juliana Cristina Teixeira, Priscila Gomes Araujo e Thiago Duarte Pimentel. Denominado “A gestão social na administração pública municipal: aproximações e resistências no discurso dos vereadores de um município de Minas Gerais”. Referenciado em análise de discurso, o texto parte da perspectiva de que a gestão social, a despeito de vir conquistando visibilidade, ainda é um conceito tensionado e com inconsistências teóricas e práticas. Conclui que a maioria dos vereadores não se apropria dos elementos da gestão social analisados, estando o conceito ainda distante da prática.

Ivonete da Silva Lopes é a autora do artigo “Democratização da comunicação na sociedade brasileira”. Destaca a configuração oligopólica de setor de comunicação televisiva no Brasil que reflete interesses antagônicos. Para ilustrar a contradição presente no setor, toma como referência a realidade da televisão aberta brasileira a partir da implantação da rede pública pelo governo federal, em 2007. Entende que essa medida pode apontar para o começo do processo de democratização, embora a cultura política do setor sugira a necessidade de alterar a estrutura que alimenta a centralização midiática.

“Indagar para construir políticas de gestão pública” é o texto de Sílvia Gattai e Luiz Roberto

Alves. Nele, os autores dialogam com os temas relações de poder, governança das cidades, cultura de participação para analisar um ciclo da política pública municipal. Nesse sentido, procuram compreender cada uma de suas fases, além dos fatores presentes em cada uma delas que facilitam a geração e a implementação de uma política integrada, entendida como a que se referencia em direitos e interesses da sociedade como um todo.

O último texto desse segundo bloco de artigos denomina-se “As novas configurações do trabalho no Brasil e as mudanças na forma de organização da política de saúde”. Sua autora, Marisa Camargo, reflete sobre a centralidade do trabalho na sociedade capitalista contemporânea, sobre as novas configurações do trabalho e as alterações no desenho da organização da política de saúde como materialização das repercussões das próprias transformações societárias. Realça a atenção básica qualificada como contato preferencial da população com o Sistema Único de Saúde (SUS), bem como os seus avanços e retrocessos em direção à efetivação do direito social à saúde.

Finalizando, esperamos que com a apresentação do v.15, n.1, jan/jul 2011, da RPP, possamos contribuir para ampliar o debate sobre as temáticas das questões agrária, do meio-ambiente e seus desafios e perspectivas para as políticas públicas.

Maria Ozanira da Silva e Silva

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;
Coordenadora da Comissão Editorial da Revista de Políticas Públicas;
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão;
Pesquisadora nível 1 A do CNPq

Raimunda Nonata do Nascimento Santana

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Membro da Comissão Editorial da Revista de Políticas Públicas

Saviana de Maria Pastor Santos Sousa

Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão
Membro da Comissão Editorial da Revista de Políticas Públicas
Pesquisadora nível 2 do CNPq